

MINAS GERAIS

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna pública a revogação das Licenças Ambientais abaixo identificadas:

*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Ágape Participações Ltda./CGH Nova União, Central Geradora Hidrelétrica – CGH, Nova União/MG, Processo nº 2210/2020, classe 2. Motivo: inexistência de documento obrigatório para concessão da licença. 2) Mineração Usiminas S/A - disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração - Itatiaiuçu/MG - PA/Nº 00066/1984/055/2019, classe2. Motivo: art. 11 DN 217 - as licenças LAS-RAS nº 75/2019 e nº 005/2020 foram englobadas pela LAS-RAS nº 16/2021. 3) Mineração Usiminas S/A - disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração; reaproveitamento de bens minerais metálicos dispostos em pilha de estéril ou rejeito - Itatiaiuçu/MG - PA/Nº 00066/1984/056/2019, classe 2. Motivo: Motivo: art. 11 DN 217 - as licenças LAS-RAS nº 75/2019 e nº 005/2020 foram englobadas pela LAS-RAS nº 16/2021.

(a) Bruno Zuffo Janducci - Designado para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 18/01/2023.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna público que foram concedidas as licenças ambientais abaixo identificadas:

*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Posto Nortetul Sete Lagoas Ltda., postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhantes, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Sete Lagoas/MG, Processo nº 1147/2022, classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 17/02/2033. *Licença de Operação Corretiva (LACI): 1) Fazenda Cristal - Agenor Giamidi Neto - Fazenda Cristal, suinocultura; culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura e criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Corinto/MG, Processo nº 934/2022, classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 17/02/2033.

(a) Bruno Zuffo Janducci - Designado para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a contar de 18/01/2023.

17 1752208 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS: 1) Rima Industrial S.A., Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Olhos d'Água/MG, PA/ nº 357/2023 ANM 830.328/1982, Classe 2.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Norte de Minas.

17 1752140 - 1

O Superintendente de Projetos Prioritários torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de titularidade abaixo identificado:

1)Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC2) - Licença de Operação (LO): *Mineração Nossa Senhora do Sion Ltda.-Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco e Lavra a céu aberto - Minério de ferro - Santa Bárbara/MG, Processo Administrativo nº 3270/2022, Classe 3. Válida até: 29/12/2032. Do responsável Mineração Nossa Senhora do Sion Ltda. / Mina do Lopes - LO, - CNPJ: 41.758.327/0001-04 para o novo titular Mineração Serra do Lopes Ltda., CNPJ: 30.814.546/0001-47.

(a) Rodrigo Ribas. Superintendente de Projetos Prioritários.

17 1752438 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais abaixo identificadas:

- Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS: 1) R&M Mineração Ltda. - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos e estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Montezuma/MG, PA/ nº 4263/2022 ANM 832.370/2013, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 16/02/2033. 2) Brenergy Geração Solar Janaúba SPE Ltda./ LT 500 Kv - SE UFV Janaúba - SE Janaúba 3, Linhas de transmissão de energia elétrica, Janaúba/MG, PA/nº 4000/2022, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 16/02/2033.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

17 1752471 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na Modalidade Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Wando Pereira Borges/Fazenda Gameleonira - Lugar Santa Catarina - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Lagoa Grande/MG, Processo: 354/2023.2) Geraldo Magela Cordeiro Maximo/Fazenda Logradouro - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Riachinho/MG, Processo: 355/2023.

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) Salsustiano Falcao Lopes/Fazenda Sao Sepe/ Coradini - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - Buritis. - Processo: 332/2023. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público, que foi firmado o Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

1) Carlos Humberto Jacomini/Fazendas Terra Nova, Terra Nova II, Terra Nova III, Santa Maria e Santo Antônio - Captação em Barramento. – Bonfinópolis de Minas/MG - Processo de Outorga Coletiva nº 13534/2014. Vigência: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura: 13/02/2023 (TAC nº 001/2023).

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

17 1752364 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições legais, torna público que foi DEFERIDA a alteração de condicionante do processo abaixo identificado:

1) Licença Ambiental Concomitante (LAC1) / Licença de Operação Corretiva: João Batista Catiste / Fazenda Rancheira e Sobra da Rancheira – Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo; Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura – Monte Carmelo/MG – P.A. Nº. 5762/2021 – Classe 3. Aprovada a alteração do item 6 do Parecer único nº 43897320, ao qual faz referência a condicionante nº 02, do Anexo I.

(a) Kamila Borges Alves. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

17 1751937 - 1

DIÁRIO DO EXECUTIVO

O Superintendente Regional da Supram Zona da Mata, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, com validade até 16/02/2033: 1) Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DEER-MG - Rodovia: MG-280 - Trecho: Paula Cândido - Entrº MG-214 (Divinésia), Pavingamento e/ou melhoramentos de rodovias, Divinésia e Paula Cândido/MG, PA SLA nº 346/2023.

(a) Dorgival da Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Zona da Mata.

17 1752451 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Antônio Carlos Montagneir Maier / Fazenda Santa Terezinha mat. 25759, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Janaúba/MG, Protocolo nº 178/2023; 2) Brenergy Geração Solar Janaúba SPE Ltda. / Complexo Fotovoltaico Janaúba, Usina solar fotovoltaica, Janaúba/MG, Protocolo nº 291/2023. Concedida com condicionantes; 3) IB Transportes & Empreendimentos Ltda., Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Bocaiúva/MG, Protocolo nº 302/2023.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

17 1752473 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Leste Mineiro torna público que foram concedidas as Licenças Ambientais abaixo identificadas:

- LAS RAS: 1) Mineração Carai Ltda., Lavra a céu aberto – Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Carai/MG, PA/Nº 3063/2022, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até 16/02/2033. 2) Policast Mármore e Granitos Ltda., Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Aimorés/MG, PA/ Nº 3453/2022, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até 16/02/2033.

(a) Fabrício de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram: LAS RAS: 1) G3 Construções Ltda., Estação de tratamento de esgoto sanitário, Mutum/MG, PA/Nº 353/2023, Classe 2. 2) Mineração Goiabeira Ltda., Lavra a céu aberto – Rochas ornamentais e de revestimento; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Conselheiro Pena/MG, PA/Nº 358/2023, Classe 2.

(a) Fabrício de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

17 1752469 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público a suspensão do prazo de validade da Licença Ambiental do empreendimento abaixo identificado, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos:

1)Renovação da Licença de Instalação: *Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) / Projeto Hidro-Agrícola Jequitai, Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura, Jequitai/MG, PA/Nº 50229/2004/003/2019, Classe 6. Motivo: A pedido do empreendedor.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

17 1751874 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro, no uso de suas atribuições, torna público que foi DEFERIDA a exclusão de condicionante do processo abaixo identificado: *Renovação de Licença de Operação – RenLO: 1) Frutal Bioenergia Ltda. – Fabricação de açúcar, Destilação de álcool; Produção de energia termoeletrônica; Posto de abastecimento de combustível. – Frutal/MG. – PA Copam Nº 14212/2005/008/2012. - Classe 6. - Decisão: Deferida exclusão do item 01 do Anexo II da condicionante nº 02, do Anexo I referente ao Parecer Único nº. 36557479/2021 (SEI).

(a)Kamila Borges Alves Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Triângulo Mineiro.

17 1752502 - 1

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH

Pauta da 13ª Reunião Extraordinária da Câmara Normativa e Recursal - CNR do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais - CERH/MG

Data: 01 de março de 2023, às 14h.

Endereço virtual da reunião: https://www.youtube.com/channel/UChU1iAab462m8py3C1jsJ4w

1. Abertura pela Secretária Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais e Presidente da CNR do CERH-MG, Valéria Cristina Rezende.

2. Execução do Hino Nacional Brasileiro.

3. Comunicado dos conselheiros.

4. Comunicado da Secretaria Executiva.

5. Exame das Atas da 10ª RO de 19/08/2022, da 11ª RO de 18/11/2022 e da 12ª RO de 27/12/2022.

6. Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG para exame e deliberação:

6.1 Minuta de Deliberação Normativa CERH-MG que altera a Deliberação Normativa CERH-MG nº 69, de 09 de agosto de 2021 que estabelece normas gerais para subsidiar a elaboração dos Regimentos Internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, considerando suas competências, funções, composição e estrutura - SEI/Nº 2240.01.0000250/2021-57. Apresentação: Igam/Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa - GECBH.

7. Proposta de agenda para as reuniões da Câmara Normativa e Recursal do CERH-MG, em 2023. Apresentação: Semad.

8. Assuntos gerais.

9. Encerramento.

Valéria Cristina Rezende Presidente da Câmara Normativa e Recursal do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais

17 1752478 - 1

Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM

Presidente: Renato Teixeira Brandão

Registra AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea “b” do art. 201 da Lei nº 869/1952: Entre 24/01/2023 e 31/01/2023, ao(à) servidor(a) PAULO ROBERTO DE SOUZA MANSO, MASP 1148215-5, admissão 01, a partir de 24/01/2023; Entre 29/10/2022 e 05/11/2022, ao(à) servidor(a) FERNANDA ALCANTARA RIBEIRO MARINHO, MASP 1223853-1, admissão 01, a partir de 29/10/2022.

CONCEDE LICENÇA À GESTANTE, nos termos do inciso XVIII do art. 7º da CR/1988, à servidora: MARINA OLIVEIRA MARQUES, MASP 1378300-6, admissão 01, por um período de 120 dias, mais 60 dias de prorrogação, de que trata a Lei nº 18.879, de 27/05/2010, a partir de 26/01/2023; PATRICIA ROCHA MACIEL FERNANDES, MASP 1148514-1, admissão 01, por um período de 120 dias, mais 60 dias de prorrogação, de que trata a Lei nº 18.879, de 27/05/2010, a partir de 03/10/2022.

17 1752381 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretora-Geral: Maria Amélia de Coni e Moura Mattos

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, PRORROGA O PRAZO PARA POSSE, por 30 (trinta) dias, nos termos da Lei nº 869, de 05/07/1952, da servidora GRAZIELLA ROSADO BORGES e MARQUES, a partir de 20 de fevereiro de 2023, referente ao cargo de provimento em comissão DAI-11 FL1100118, de recrutamento amplo, do quadro de pessoal do Instituto Estadual de Florestas.

Registra AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea “b” do art. 201 da Lei nº 869/1952: Entre 06/02/2023 e 13/02/2023, ao(à) servidor(a) DANIELLE BRINI MOTTA FERREIRA, MASP 1363732-7, admissão 01, a partir de 06/02/2023; Entre 06/02/2023 e 13/02/2023, ao(à) servidor(a) VALDENE DE ALVARENGA SOUSA, MASP 598681-5, admissão 01, a partir de 06/02/2023.

CONCEDE LICENÇA À GESTANTE, nos termos do inciso XVIII do art. 7º da CR/1988, à servidora THAIS DE FARIA E SOUSA LOPES TRINDADE, MASP 1344816-2, admissão 02, por um período de 120 dias, mais 60 dias de prorrogação, de que trata a Lei nº 18.879, de 27/05/2010, a partir de 26/01/2023.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA À GESTANTE, nos termos do inciso XVIII, do art. 7º da CF/1988 à servidora THAINA MARTINS SANTOS, MASP 1393974-9, admissão 01, por um período de 60 (sessenta) dias, a partir de 11/10/2022.

17 1752371 - 1

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do art. 1º, § 2º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, RAÍÇA LORENA FARIA DE ASSIS MAGALHÃES, para o cargo de provimento em comissão DAI-11 FL1100082, de recrutamento amplo.

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do art. 1º, § 2º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS, MASP 1510057-1, para o cargo de provimento em comissão DAI-16 FL1100050, de recrutamento amplo, para chefiar o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas, no uso de suas atribuições, designa PAULO HENRIQUE ALVES ANDRADE, MASP 1489483-6, titular do cargo de provimento em comissão DAI-8 FL1100127, para responder pelo Núcleo de Regularização e Controle Ambiental da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Alto Parnaíba do Instituto Estadual de Florestas, a contar de 16/02/2023.

A Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas, no uso de suas atribuições, designa ADRIANA CRISTINA HENRIQUES BARBOSA AMARAL, MASP 1021225-6, titular do cargo de provimento em comissão DAI-16 FL1100059, para responder pela Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Centro Sul do Instituto Estadual de Florestas, no período de 13/02/2023 a 26/02/2023.

17 1752487 - 1

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO Nº14/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Processado: V.J.P.V., Masp 1.350.321-4.Comissão Processante: Processado:Matheus Ebert Fontes.Membros: Mariana Ferreira da Costa Ramos Roessberg e Gloria Maria da Costa Belo Horizonte,17de fevereiro de 2023.

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Diretora-Geral do IEF

17 1752388 - 1

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas,URGA Central Metropolitana, no uso da competência delegada pela Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 46288/2022, Usuário: Mineração França Lanza Ltda, Fortuna de Minas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1301208/2023.*Processo nº 63650/2022, Usuário: LGA - Mineração e Siderurgia S.A., Congonhas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1301214/2023.*Processo nº 05411/2023, Usuário: Condomínio do Residencial Ibitrité, Ibitrité, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1301216/2023.

Arquivamentos: Arquiva-se o processo nº. 09549 de 09/08/2010. Requerente: Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA. CNPJ: 17.281.106/0001-03. Curso d’água: Córrego Cacique. Motivo: Considerando os termos do Art. 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Ribeirão das Neves – MG.

Arquiva-se o processo nº. 15708 de 03/06/2015. Requerente: Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas. CNPJ: 18.715.581/0001-03. Curso d’água: Córrego Ferrugem. Motivo: Considerando os termos do Art. 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Contagem – MG.

Arquiva-se o processo nº. 30275 de 01/09/2016. Requerente: Canopus Desenvolvimento Imobiliário Ltda. CNPJ: 04.505.660/0001-85. Curso d’água: Rebaixamento de nível de água subterrânea de obras civis. Motivo: Considerando os termos do Art. 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Belo Horizonte – MG.

Arquiva-se o processo nº. 00699 de 11/01/2021. Requerente: Rima Agroflorestal Ltda. CNPJ: 17.866.823/0002-88. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Entre Rios de Minas – MG.

Arquiva-se o processo nº. 34071 de 16/07/2021. Requerente: Monteminas Minérios Ltda. CNPJ: 64.225.824/0001-42. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 24, § 3º do Decreto nº 47.705/2019. Município: Congonhas – MG.

Arquiva-se o processo nº. 54445 de 28/10/2021. Requerente: Panificadora e Confeitaria Trigopane Ltda. CNPJ: 00.349.823/0001-27. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Belo Horizonte – MG.

Arquiva-se o processo nº. 18999 de 03/05/2022. Requerente: Minasfer Siderurgia Ltda. CNPJ: 44.606.828/0001-63. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Sete Lagoas – MG.

Arquiva-se o processo nº. 05205 de 09/02/2023. Requerente: Garcia Ribeiro Reciclagem Ltda. CNPJ: 12.250.987/0001-81. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 54-A da Portaria Igam nº 48/2019. Município: Congonhas – MG.

Arquiva-se o processo nº. 34039 de 27/07/2022. Requerente: Eliassandra Cassia dos Santos. CPF: 955.30x.xxx-xx. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 24 do Decreto nº 47.705/2019. Município: Jaboticatubas – MG.

SÁBADO, 18 DE FEVEREIRO DE 2023 – 13

Arquiva-se o processo nº. 04172 de 27/01/2022. Requerente: Michel Ferreira da Silva. CPF: 013.81x.xxx-xx. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 24, § 3º do Decreto nº 47.705/2019. Município: São Joaquim de Bicas – MG.

Arquiva-se o processo nº. 45368 de 15/09/2022. Requerente: Francisco Dutra de Rezende Neto. CPF: 008.33x.xxx-xx. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 32, § 2º do Decreto nº 47.705/2019. Município: Santana do Riacho – MG.

Arquiva-se o processo nº. 51017 de 10/10/2022. Requerente: Flávio Canabrava Oliveira. CPF: 013.38x.xxx-xx. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 24, § 3º do Decreto nº 47.705/2019. Município: Curvelo – MG.

Arquiva-se o processo nº. 64447 de 28/12/2022. Requerente: Eurico Leandro de Miranda. CPF: 827.65x.xxx-xx. Curso d’água: Poço Tubular. Motivo: Considerando os termos do Art. 32, § 2º do Decreto nº 47.705/2019. Município: Corinto – MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URG Central Metropolitana. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br.

Belo Horizonte, 17 de Fevereiro de 2023.

17 1752397 - 1

A Superintendente SUPRAM Norte de Minas, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 2º do Decreto Estadual nº. 47.383 de 02/03/2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificação: Retifica-se a portaria nº 0604823/2019 publicada dia 04/06/2019. Onde se lê: Outorgados: Pedreira Verde Grande Ltda. CNPJ: 16.891.134/0001-80, e Consórcio CIMCOP-CROS, CNPJ: 40.670.615/0001-40. Vazão (m³/h): 58,0 nos meses de janeiro a dezembro. Horas/dia: 10:00 nos meses de janeiro a dezembro; e Dias/mês: 26 nos meses de janeiro a dezembro. Leia-se: Outorgado: Pedreira Verde Grande Ltda. CNPJ: 16.891.134/0001-80. Vazão (m³/h): 21,58 nos meses de janeiro a dezembro. Horas/dia: 06:48 nos meses de janeiro a dezembro; e Dias/mês: 22 no mês de janeiro, 20 no mês de fevereiro, e 22 nos meses de março a dezembro. Município: Jaíba - MG. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na SUPRAM NORTE DE MINAS. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Montes Claros, 17 de Fevereiro de 2023.

17 1752174 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URG Norte de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 30 de 09 de agosto de 2022, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

*Processo nº 51558/2022, Usuário: Antônio Nunes da Silva, Janaúba, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601185/2023.*Processo nº 49935/2022, Usuário: Meta Florestas S.A., Engenheiro Navarro, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601186/2023.*Processo nº 49936/2022, Usuário: Meta Florestas S.A., Engenheiro Navarro, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601187/2023.*Processo nº 49937/2022, Usuário: Meta Florestas S.A., Engenheiro Navarro, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601188/2023.*Processo nº 44962/2022, Usuário: Mauricio Toledo Jacob, Capitão Enéas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601189/2023.*Processo nº 44963/2022, Usuário: Mauricio Toledo Jacob, Capitão Enéas, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601190/2023.*Processo nº 40387/2022, Usuário: Elton Mendes de Souza, Janaúba, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1601191/2023. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URG Norte de Minas. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Montes Claros, 17 de Fevereiro de 2023.

17 1751861 - 1

O Superintendente da SUPRAM Noroeste de Minas, no uso de suas atribuições estabelecidas no art. 2º do Decreto Estadual nº. 47.383 de 02/03/2018, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Controle Processual

Decisão SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRCP nº. 4/2023

Belo Horizonte, 01 de março de 2023.

Indexado ao processo: P.A. nº.14212/2005/008/2012

Empreendimento/Empreendedor: Frutal Bioenergia LTDA / Frutal Bioenergia LTDA

CNPJ/CPF: 07.455.944/0001-00

Município: Frutal/MG

Atividade(s): D-02-08-9 - Fabricação de açúcar; D-01-08-2 - Destilação de álcool; E-02-02-1 - Produção de energia termoeletrica e F-06-01-7 - Posto de abastecimento de combustível

DECISÃO

Considerando a delegação de competência prevista no **artigo 4º, inciso VII, da Lei Estadual n. 21.972, de 21 de janeiro de 2016;**

Considerando o que dispõe o **art. 3º, do Decreto Estadual nº. 47.383/2018;**

Considerando a competência trazida pelos **incisos I a IV, do § 1º e inciso I, do art. 51, do Decreto Estadual nº. 47.787/2019;**

Considerando o Parecer Único da SUPRAM TM, que sugere o DEFERIMENTO PARCIAL da EXCLUSÃO do **Item 01 do Anexo II da condicionante nº 2**, imposta no Parecer Único nº. 36557479/2021 (SEI);

DECIDO pelo **DEFERIMENTO PARCIAL** do presente requerimento de **EXCLUSÃO** do Item 01 do Anexo II da condicionante nº 2, imposta no Parecer Único nº. 36557479/2021 (SEI), pois, o sistema de separação de água e óleo (Caixa SAO) realmente não afeta os parâmetros DBO, DQO, pH, temperatura, sólidos suspensos totais, sólidos dissolvidos totais e fenóis e também, na realização do monitoramento do efluente que é aplicado na área agrícola (efluente das caixas SÃO, vinhaça e águas residuárias), cada sistema deve ter sua eficiência comprovada de forma independente, devendo serem desconsideradas as diluições que ocorrem para o caso apresentado no parecer.

Publique-se e dê ciência ao interessado na forma da lei.

KAMILA BORGES ALVES

SUPERINTENDENTE

Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro



Documento assinado eletronicamente por **Kamila Borges Alves, Superintendente**, em 01/03/2023, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61482237** e o código CRC **6FD9B7A5**.

Referência: Processo nº 1370.01.0007301/2021-53

SEI nº 61482237



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de
Regularização Ambiental

Parecer nº 17/SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA/2023

PROCESSO Nº 1370.01.0007301/2021-53

ANEXO DE EXCLUSÃO DE CONDICIONANTE DO PARECER ÚNICO Nº 36557479/2021		
INDEXADO AO PROCESSO:	PA COPAM:	SITUAÇÃO:
Licenciamento Ambiental	14212/2005/008/2012	Sugestão pelo Deferimento Parcial
FASE DO LICENCIAMENTO:	Renovação de Licença de Operação (LAC1)	

EMPREENDEDOR: FRUTAL BIOENERGIA LTDA.		CNPJ: 07.455.944/0001-00
EMPREENDIMENT O: FRUTAL BIOENERGIA LTDA.		
MUNICÍPIO(S): Frutal/MG	ZONA: Rural	
COORDENADAS GEOGRÁFICA LONG/X (DATUM): WGS 84		LAT/Y 20°05'06" S 48º49'22" O
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN 74/2004):	CLASSE
D-02-08-9	Fabricação de açúcar	6
D-01-08-2	Destilação de álcool	6
E-02-02-1	Produção de energia termoelétrica	5
F-06-01-7	Posto de abastecimento de combustível	1

1.INTRODUÇÃO

Este parecer refere-se à solicitação de exclusão de condicionante referente à renovação de licença de operação concedida para o empreendedor/empreendimento Frutal Bioenergia Ltda, localizado no município de Frutal/MG.

2.DA SOLICITAÇÃO

O empreendedor solicitou por meio do documento SEI 46620454, formalizado em

16/05/2022 (Processo SEI nº 1370.01.0007301/2021-53), a exclusão do Item 01 do Anexo II da condicionante nº 2, referente à renovação da licença de operação do empreendimento.

A seguir está transcrita a referida condicionante aprovada:

Item	Descrição da condicionante	Prazo
08	Executar o programa de automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência da Licença

Anexo II

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Entrada e saída dos sistemas de separação de água e óleo	Óleos e graxas, DBO, DQO, pH, temperatura, sólidos suspensos totais, sólidos dissolvidos totais e fenóis	Semestral

O empreendedor solicita a exclusão do referido monitoramento, justificando que:

- O sistema de separação de água e óleo (Caixa SAO) não tem, por sua função, interferência nos parâmetros: DBO, DQO, pH, temperatura, sólidos suspensos totais, sólidos dissolvidos totais e fenóis e que;
- O efluente tratado nas Caixas SAO são adicionados à vinhaça, que se mistura as águas residuárias e são aplicados nas áreas agrícolas e passam por análises laboratoriais dentro dos projetos de fertirrigação.

3.DA ANÁLISE

Conforme norma de regência, Decreto Estadual 47.383/2018, no caso de impossibilidade técnica de cumprimento de medida condicionante estabelecida pelo órgão ambiental competente, o empreendedor poderá requerer a exclusão da medida, a prorrogação do prazo para cumprimento ou alteração de seu conteúdo, formalizando requerimento escrito devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante.

Considerando que o empreendedor obteve junto a SUPRAM TM sua Renovação de Licença de Operação em 27/10/2021 e que a solicitação de alteração de conteúdo da condicionante foi realizada em 16/05/2022 e que o prazo para cumprimento da condicionante é durante a vigência da licença, o requerimento foi solicitado tempestivamente;

Considerando que, o sistema de separação de água e óleo (Caixa SAO) realmente não afeta os parâmetros DBO, DQO, pH, temperatura, sólidos suspensos totais, sólidos dissolvidos totais e fenóis;

Considerando que, apesar de realizar o monitoramento do efluente que é aplicado na área agrícola (efluente das caixas SAO, vinhaça e águas residuárias), cada sistema deve ter sua eficiência comprovada de forma independente, devendo serem

desconsideradas as diluições que ocorrem para o caso em tela;

Vimos nos manifestar pela **aprovação parcial** da solicitação de exclusão do conteúdo da condicionante em pauta, passando a mesma a possuir a seguinte redação:

Item	Descrição da condicionante	Prazo
02	Executar o programa de automonitoramento, conforme definido no Anexo II.	Durante a vigência da Licença

Anexo II

Item 1 - Efluentes líquidos

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Entrada e saída dos sistemas de separação de água e óleo	Óleos e graxas	Semestral

Ressaltamos ainda que, para fins de COMPROVAÇÃO da eficiência dos sistemas, o empreendedor deverá APRESENTAR, JUNTO ÀS ANÁLISES qual a eficiência determinada pelo responsável pelo projeto do mesmo em documento acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (em caso de caixa SAO construída) ou pela eficiência determinada pelo fabricante, apresentando especificações técnicas do equipamento (em caso de caixa SAO adquirida pronta).

4. CONTROLE PROCESSUAL

De acordo com o pedido que fora feito, solicitado por meio do Processo SEI nº 1370.01.0007301/2021-53, formalizado na data de 16/05/2022, que versa sobre a exclusão do item 01 do Anexo II da condicionante nº 2, conforme constante no Parecer Único nº 36557479/2021 (SEI), que se refere a Renovação de Licença de Operação, concedida ao empreendimento, e em consonância aos requisitos constantes dos art. 29, 30 e 31, todos do Decreto Estadual 47.383/2018, tendo sido recolhida a respectiva taxa;

A possibilidade de promover-se a alteração e/ou exclusão de condicionantes e a prorrogação do prazo para o seu cumprimento, em processos de licenciamento, por iniciativa do empreendedor, é prevista pela Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 06 de dezembro de 2017, a saber:

Art. 29 - Em razão de fato superveniente ou no caso de impossibilidade técnica de cumprimento de medida condicionante estabelecida no processo de licenciamento ambiental, o empreendedor poderá requerer a exclusão da medida, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração do conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo de cumprimento estabelecido na respectiva condicionante.

O tema é igualmente disciplinado pelo Decreto Estadual nº 47.383/2018. Vejamos o que versa o referido regulamento:

Art. 29 – Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante.

Considerando que o pedido de prorrogação em tela foi feito tempestivamente pelo empreendedor e que o mesmo justificou que o último prazo concedido para cumprimento da condicionante ainda restava-se exíguo, tem-se que os requisitos legais foram devidamente observados.

Observa-se, ademais, pelas razões exaradas neste parecer, que a equipe técnica acatou as justificativas apresentadas pelo empreendedor, entendendo pela **viabilidade parcial** do pedido de exclusão de item 01 do Anexo II da condicionante nº 2.

Ressalta-se que a taxa de análise e elaboração deste adendo foi devidamente recolhida.

Por fim, cumpre salientar que, de acordo com o §1º, do artigo 29, do Decreto Estadual nº 47.383/2018, a prorrogação de prazo para o cumprimento de condicionante e a alteração de seu conteúdo, bem mesmo como a sua exclusão, desde que não modifique o seu objeto, serão decididas pela autoridade responsável pela análise do licenciamento ambiental.

5.CONCLUSÃO

Por fim, nos termos do artigo 29 do Decreto Estadual 47.383/2018 e com base nos apontamentos acima, sugerimos pelo **deferimento parcial** da solicitação de exclusão do Item I – Efluentes líquidos do Anexo II referente ao parecer único nº 36557479/2021 (SEI), do empreendimento/empreendedor Frutal Bioenergia Ltda, OUVIDA a Superintendente Regional da SUPRAM TM. As demais condicionantes permanecem inalteradas.

Segue a transcrição do item 1 do Anexo II com novo conteúdo estabelecido:

Item 1 – Efluentes líquidos

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência
Entrada e saída dos sistemas de separação de água e óleo	Óleos e graxas	Semestral

OBS: para fins de COMPROVAÇÃO da eficiência dos sistemas, o empreendedor deverá APRESENTAR, JUNTO ÀS ANÁLISES qual a eficiência determinada pelo responsável pelo projeto do mesmo em documento acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (em caso de caixa SAO construída) ou pela eficiência determinada pelo fabricante, apresentando especificações técnicas do equipamento (em caso de caixa SAO adquirida pronta).

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MATRÍCULA
Anderson Mendonça Sena – Analista Ambiental	1.225.711-9
Nathalia Santos Carvalho – Técnico Ambiental de Formação Jurídica	1.367.722-4

De acordo: Rodrigo Angelis Alvarez - Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.191.774-7
De acordo: Paulo Rogério da Silva - Diretor Regional de Controle Processual	1.495.728-6



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Mendonca Sena, Servidor(a) Público(a)**, em 27/02/2023, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Servidor(a) Público(a)**, em 28/02/2023, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogério da Silva, Diretor (a)**, em 28/02/2023, às 17:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **61365635** e o código CRC **4A08F210**.

Referência: Processo nº 1370.01.0007301/2021-53

SEI nº 61365635